

ANTÓNIO MARINHO
Abril de 2004

Apresentação do PROJECTO DE RESOLUÇÃO
“Informação sobre as relações financeiras do Estado com a Região Autónoma dos Açores”

As relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma dos Açores nem sempre decorrem num quadro consensual, havendo necessidade de encontrar periodicamente acordos, bem como interpretações aproximadas dos instrumentos legais que as suportam.

Nos últimos anos têm-se intensificado situações de contencioso, havendo várias informações que têm vindo a público que, inclusivamente, evidenciam a existência de contradições sobre a reivindicada dívida do Estado aos Açores.

Na verdade, o Governo Regional tem invocado montantes de dívidas que não têm merecido o respectivo reconhecimento por parte do Governo da República, tendo-se já concluído pela necessidade de criação de grupos de trabalho entre o Governo Regional e o Governo da República, face à existência de argumentos e contra-argumentos, aliás frequentemente divulgados pela comunicação social ou em resposta a requerimentos parlamentares.

Continuamos, no entanto, sem conhecer, com rigor, a dimensão do contencioso, nem o valor dos consensos que entretanto foram alcançados. E mesmo sabendo que existem desentendimentos que incidem sobre eventuais entendimentos, o relativo silêncio que tem desabado sobre a matéria, ou pelo menos em relação à sua parte mais substancial, não é possível obter conclusões exactas da sua dimensão, nos seus diversos níveis.

Por outro lado, sem completa transparência e sem informação rigorosa não é possível haver um debate sério, equilibrado e leal sobre as posições dos Açores e da República, no âmbito das relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma. Esses princípios, essenciais na discussão de qualquer temática, são ainda mais determinantes neste caso, dada a matéria que está em causa e o peso que as transferências do Orçamento do Estado representam nos documentos que suportam a actividade orçamental pública na Região.

É por isso fundamental que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o órgão de governo próprio onde melhor se pode construir, em pluralidade, a razão dos Açores, falando a uma única voz, conheça os contornos exactos das responsabilidades financeiras que a Região entende não estarem a ser assumidas pelo Governo da República.

Sabe-se da existência, embora sem o pormenor que seria desejável, de memorandos sobre este contencioso, que o Governo Regional já elaborou e de que deu conhecimento ao actual e anterior governos da República.

São conhecidas algumas das respostas dadas pelo Governo da República, sendo também sabido que umas terão sido positivas e outras negativas.

Falta conhecer a concreta e actual situação em outros domínios do relacionamento financeiro com o Estado, destacando-se o que decorre da diferente interpretação dos dois governos em relação à aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, designadamente quanto ao efeito de orçamentos rectificativos na taxa de crescimento que é utilizada no cálculo da evolução anual das transferências do Orçamento do Estado para a Região.

Aliás, essa será a verba que assume dimensões mais significativas, sendo também a esse nível que será mais difícil obter um consenso com a República, no conjunto das situações que, no passado recente, se encontravam incluídas no contencioso existente. É também aí que se encontra matéria que pode merecer integral concordância desta Assembleia, já que consideramos perfeitamente justa a reivindicação do Governo Regional a esse nível.

Foi por todos estes motivos que o PSD entendeu ser essencial que esta Assembleia Legislativa tivesse acesso, de forma pormenorizada e periódica, a informação detalhada das relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma dos Açores, em contencioso com o Governo da República.

Daí que tivesse apresentado um Projecto de Resolução que, no seu parágrafo único, propôs que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendasse ao Governo Regional “a organização de um procedimento de informação ao Parlamento, por meio de relatório circunstanciado com periodicidade trimestral, sobre a situação das relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma dos Açores, em contencioso com o Governo da República, incluindo os respectivos montantes e argumentos aduzidos, quer pelo Governo Regional, quer pelo Governo da República, de modo a permitir um adequado acompanhamento pela Assembleia Legislativa”.

Apresentado no plenário da ALRAA de Março passado, foi proposto também que o mesmo fosse apreciado em processo de urgência e dispensa de exame em Comissão, não tendo merecido o acordo da maioria. O facto apenas levou a que mais um episódio lamentável ocorresse nesta Assembleia, incluindo uma desconsideração ao seu Presidente, quando não foram acatadas as regras de condução dos trabalhos, no momento em que foi detectada uma desculpável falha regimental. Algo que apenas é explicável por uma ânsia desmedida e comprometida, já habitual quando o “pontapé em frente” se apresenta como única alternativa para fugir à explicação dos insucessos.

Curiosamente, quando baixou à Comissão de Economia, não mereceu qualquer tipo de discussão. Em três “penadas”, ou seja, apenas com a apresentação das três posições das

forças políticas representadas nesta Câmara, mereceu aprovação e nenhuma contestação, fazendo-nos concluir que apenas se pretendeu infligir um castigo, aparentemente sem consequências, como habitualmente se faz a crianças. Contudo, o que verdadeiramente terá acontecido foi apenas uma “birra” infantil socialista, numa postura inconsequente que julgamos ser completamente despropositada. Enfim... Algo a que, infelizmente, não podemos dizer que não estamos habituados.

Provavelmente, ou talvez não, se o processo de urgência tivesse seguido em frente, já nos encontraríamos neste momento mais cientes dos valores e razões que se encontram em jogo e das expectativas da Região neste domínio. Dizemos “talvez não”, porque acreditamos que o Governo Regional, embora com a sua habitual prontidão em revelar “novidades”, só o costuma fazer quando são boas ou quando se encontra “apertado”, e talvez não fossem excelentes as que nos traria num eventual relatório que já pudesse ter elaborado e apresentado.

A recente resposta a um requerimento feito pelos deputados do PSD-Açores na Assembleia da República é isso que nos dá a entender. Afinal, parecem não existir os propalados entendimentos sobre os quais terão recaído desentendimentos.

Parece, assim, justificar-se ainda mais o projecto de Resolução que apresentámos, porque acabámos de saber que, afinal, aquilo que o Governo Regional nos vai informando via comunicação social não corresponde completamente à realidade que agora nos foi apresentada pelo Governo da República através da sua resposta ao requerimento apresentado pelo PSD.

Parece também que o Governo Regional, pelos vistos, teima em ocultar, pelo menos, uma parte do que se vai passando. Espera-se, no entanto, que, em função da posição apresentada em Comissão pelos deputados do PS sobre este projecto de Resolução, e respectivo voto, passe a informar pormenorizadamente esta Assembleia, veiculando futuramente toda a verdade.

Com efeito, até agora, o que se vai sabendo deve-se, essencialmente, a iniciativas do PSD. É o PSD que tem desenvolvido esforços para se conhecerem mais meandros do contencioso, tentando reduzir as contradições que, permanentemente, têm vindo a conhecimento público. Tem-no feito através de sucessivos requerimentos, neste parlamento ou no parlamento nacional, como o está a fazer com este projecto de Resolução, ou como o tem feito noutras circunstâncias.

Queira o PS ou não queira, é essa actuação que tem permitido que alguns “segredos”, que não o deviam ser, tenham tido alguma divulgação.

No entanto, continua sem se conhecer bem a posição do Governo Regional em relação a todas as matérias em contencioso.

É que, mesmo quando “rebentam” as euforias, normalmente em situações e eventos criados para o efeito, a maior parte das vezes perfeitamente injustificadas, também não

deixa de ser habitual seguirem-se pouco elaboradas e “inexplicáveis explicações” sobre “os sempre desmentidos” insucessos, ou sobre a manutenção de desentendimentos que, pelos vistos, parecem continuar a existir.

Qual é, afinal, a verdadeira posição do Governo Regional?

E onde estão os tais entendimentos sobre os quais recaíram desentendimentos?

Mas haveria mesmo entendimentos? Se havia, qual a razão da resposta do Governo da República ao requerimento dos deputados do PSD-Açores na Assembleia da República?

Tendo os ditos entendimentos merecido a referência do Presidente do Governo Regional num evento partidário, pode dizer-se que correspondem à realidade? Podem considerar-se como verdadeiros, depois da celeuma então criada? Ou foi apenas uma forma de, numa altura que foi de aperto para o Governo Regional, escapar a perguntas incómodas?

Ou estaria a mentira do lado do Primeiro Ministro, por não ter interesse em que se conhecesse a existência de acordos?

A resposta ao requerimento há dias conhecida, sinceramente, sugere que foi o Presidente do Governo Regional que falou de mais. Mas será mesmo assim?

E se existiam entendimentos, em que é que as partes se entenderam?

E que tem o Governo Regional a dizer hoje, perante as sucessivas e intermináveis “águas turvas”, numa área de tamanha importância para a Região?

Houve algum recuo? Foi o Primeiro Ministro que recuou? Ou foi o Presidente do Governo Regional e o Governo Regional que passaram a adoptar uma atitude mais dócil?

Ou será que, nem o Primeiro Ministro, nem o Presidente do Governo Regional mudaram de atitude, pura e simplesmente porque nunca existiram quaisquer entendimentos?

É para todas estas questões, repetidas ou feitas com variações em diversos tons, que os açorianos pretendem resposta. E que nós próprios, todos, de todas as bancadas, também devemos conhecer, sem tibiezas, sem "rococós", sem floreios e apenas com a verdade dos factos, mesmo que esta seja desagradável.

Da parte do PSD, como temos vindo a mostrar, podemos afirmar que nunca, mas mesmo nunca, desistiremos de tentar conhecer os factos na sua plenitude.

Podem todos ter a certeza que o PSD vai continuar a insistir.

Se da parte do Governo Regional e do PS não tem havido qualquer esforço para esclarecer e dar a conhecer a verdade, da parte do PSD vai continuar a insistência, que apenas terminará quando toda a realidade for conhecida, de forma regular, permanentemente actualizada e devidamente pormenorizada.

Consideramos sempre fundamental conhecer a verdade, mesmo que esta não se apresente favorável. Mas consideramos que o seu conhecimento se revela ainda mais importante numa área tão imprescindível para os Açores e para o seu futuro.

Com efeito, o que se tem conseguido saber tem vindo do lado do Governo da República, a solicitação do PSD. Nunca tem vindo por iniciativa do Governo Regional ou do PS-Açores, mas apenas a reboque e com recurso a meias explicações.

Verifica-se até que, muitas vezes, não chegam a bater "certo" algumas declarações sensacionalistas a que periodicamente nos vemos forçados a assistir.

Curiosamente, ou talvez não, as respostas têm surgido na sequência de iniciativas que têm o PSD como autor.

Quanto ao PS e ao Governo Regional, tem-se verificado que calam e consentem. Porquê?

Não queremos acreditar que seja pelo facto de o actual Governo da República ser socialista. Mas existiria a mesma atitude se o governo fosse de uma cor diferente?

Na verdade, cada vez com mais razões para pensar que há muito pouca transparência em torno do relacionamento financeiro entre o Estado e a Região, com esta cada vez mais evidente falta de informação e contradições entre o discurso do Governo Regional e as posições do Governo da República, com os mais recentes reforços da penumbra que sempre tem existido, se prova que o Governo Regional e o PS têm, aí sim, entendimentos muito “sui generis” sobre o tratamento que dão a matérias fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Foi positivo constatar o aparente bom senso demonstrado pelo Grupo Parlamentar do PS em Comissão, quando revelou estar de acordo com o Projecto que se encontra em discussão, apresentado pelo PSD, reconhecendo a “necessidade de todos os Deputados terem acesso ao máximo de informação possível e que a mesma deve chegar ao conhecimento de toda a Assembleia pela via mais correcta e não pela comunicação social”. Curioso, no entanto, é também constatar que já terá sido “fintado” esta manhã em relação às boas intenções apresentadas há pouco mais de uma semana, um facto que revela a existência de conflitos e contradições internas, cuja resolução, obviamente, cabe apenas ao Partido Socialista. Repetimos: apenas ao Partido Socialista.

Evidente é que, neste como em outros domínios, o Governo Regional mostra uma forma muito peculiar de abordar a governação da Região: perfeitamente concentrada numa visão partidária e não na verdadeira defesa dos interesses regionais.



Para o PSD, é a defesa dos interesses dos Açores que determina a sua actuação.

Continuaremos até que a voz nos doa!

Disse